

2

Discurso na abertura do seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE JULHO DE 1996

Dr. Marco Maciel, Vice-Presidente da República; Senhor Ministro Nelson Jobim; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Embaixadores; Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores; Senhores Parlamentares; Senhores Participantes do Seminário; Senhoras e Senhores;

É com grande alegria que vejo o Ministério da Justiça patrocinar um seminário sobre essa matéria neste momento do Brasil. Vejo aqui, entre os presentes, tantas pessoas que me são caras e algumas que me ajudaram a entender um pouco melhor a questão das relações raciais no Brasil.

Tenho dito, desde que assumi a Presidência – desde sempre –, enfim, na qualidade de Presidente da República, tenho repetido uma obviedade que, entretanto, convém repetir: o Brasil é uma nação multirracial e disso se orgulha, porque considera que essa diversidade cultural e étnica é fundamental para o mundo contemporâneo.

De alguma maneira, o fato de nós, brasileiros, pertencermos a uma nação cheia de contrastes de todo tipo, de desigualdades, mas também de diferenças que não são só desigualdades, de raça, de cor, de cultura,

é um privilégio, porque isso nos permite – se nos organizarmos democraticamente – um benefício imenso. Obviamente, esse benefício imenso só advirá se nos organizarmos democraticamente, ou seja, se aumentarmos as oportunidades de acesso à cultura, de acesso à participação na economia, de acesso dos diversos segmentos da população brasileira aos processos decisórios.

Houve época, faz muitos anos, em que o Brasil se contentava em dizer que, havendo essa diversidade, ele não abrigava preconceitos – o que não é verdade. Nunca me esqueci, e já contei isso em mais de uma ocasião, de que, há muitos e muitos anos, numa reunião no Ministério das Relações Exteriores, que então era no Rio de Janeiro – eu era assistente de Sociologia e trabalhava, na época, com o professor Florestan Fernandes e com o professor Roger Bastide, dois dos eminentes sociólogos que se dedicavam ao problema das relações entre negros e brancos no Brasil –, talvez com certa ingenuidade, naquele ambiente, eu me referi ao fato de que havia preconceito. Na época, dizer isso era como se fosse uma afirmação contra o Brasil. A pessoa que presidia a Mesa, pessoa de grande respeitabilidade, se irritou e, no final, me disse já lá fora: “Olhe, eu só não pedi para você se retirar da reunião porque ...” Aí, fez alguns elogios pessoais a mim para compensar a manifestação de profundo desagrado pelo fato de eu ter dito que havia preconceito de cor no Brasil.

É claro que já faz muito tempo, deve ter sido lá pelos anos 50, boa parte dos senhores não havia nascido. Mas o fato é que, àquela altura, nós nos imaginávamos, aqui, em um paraíso; paraíso porque essas diferenças não contariam para nada em termos de discriminação. Bem, de lá para cá muita coisa mudou, no sentido de que o Brasil passou a descobrir que nós não tínhamos assim tanta propensão à tolerância como gostaríamos de ter. Pelo contrário: existem aqui alguns aspectos de intolerância, quase sempre disfarçados pela tradição paternalista do nosso velho patriarcalismo e sempre um pouco edulcoradas, adocicadas, porque nós não manifestamos as nossas distâncias e as nossas reservas, geralmente, em termos ázperos. Às vezes, sim, mas, freqüentemente, isso vem de maneira

amenizada, com certa tranqüilidade, o que, de certa forma, é uma hipocrisia.

Não devemos, não obstante, exagerar nessa crítica e nessa autocrítica, porque, efetivamente, se é verdade que existe um lado de hipocrisia, há um outro lado que é de uma certa abertura também. Convive essa ambigüidade na nossa formação cultural, e é preciso tirar proveito dessa ambigüidade. Não sei se será por temperamento, mas eu não gosto das coisas muito cartesianas. Acho que as coisas mais confusas, mais ambíguas são melhores. Quando não existe muita clareza, talvez seja mais fácil, porque a clareza, muitas vezes, separa demais.

Quem sabe, aqui neste magma mais confuso da nossa formação, nós possamos, então, ter vantagens relativas para a implantação de uma relação mais democrática. Não estou defendendo a confusão para servir de cobertura às discriminações, mas estou utilizando esse fato de nós termos esse componente tão forte de não-aceitação do princípio da não-contradição como alguma coisa que possa vir a ser positiva.

Já que falei do princípio da não-contradição: nunca me esquecerei dos ensinamentos que tive com Roger Bastide a respeito das religiões africanas no Brasil. Ele tem um livro admirável, em que fala do princípio do corte, da separação e faz uma observação que, acho, tem sua pertinência. Ele disse: “Olha, uma das características de certo tipo de religião – ele estava estudando o candomblé – é o fato de que as coisas podem ser e não ser, só que não são dialéticas, ou seja, não há a superação. Podem conviver com uma contradição, sem que isso abale muito e sem que disso resulte uma transformação.” Bom, é um dado, é uma perspectiva de análise.

Nós, aqui, não queremos que essa perspectiva prevaleça. Nós, aqui, estamos tratando de ver no Ministério da Justiça que existem coisas que são e não são, ao mesmo tempo. Quando digo isso, olho para o Roberto da Matta e já fico com medo, porque ele pode trazer depois umas observações mais críticas aí, do “país do carnaval”, mas, enfim, acho que essa complexidade da nossa formação cultural deve ser usada de maneira criativa. Nós aqui temos discriminação, temos preconceito, mas as aves que aqui gor-

jeiam não gorjeiam como lá, ou seja, não é o mesmo tipo de discriminação, não é o mesmo tipo de preconceito de outras formações culturais.

Portanto, nas soluções para esses problemas, não devemos simplesmente imitar: temos que ter criatividade, temos que ver de que maneira – dada a nossa ambigüidade, dadas essas características não cartesianas do Brasil, que dificultam tanto em tantos aspectos e também podem ajudar noutros aspectos – podemos buscar soluções que não sejam, pura e simplesmente, a repetição, a cópia de soluções imaginadas para situações em que também há discriminação, em que também há preconceito, mas isso tudo num contexto diferente do nosso. Então, é melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa.

Por que digo isso? Porque o Ministro Jobim fez referência ao fato de que este Seminário se abre para um confronto de posições e para uma discussão, o que é muito bom. Mas eu gostaria que esse confronto não fosse dogmático, não fosse – e me perdoem os discípulos de Descartes – cartesiano. Não sou pascaliano, não, mas acho que esse confronto não deva sempre ser baseado na regra do terceiro, do excluído, essas questões mais clássicas do modo lógico de raciocinarmos. Acho que poderíamos buscá-lo aqui, onde há uma diversidade maior. Um aporte dos embaixadores pode ser muito importante nisso, porque mostraria a diversidade de situações e para que busquemos soluções que sejam compatíveis com o nosso modo de ser.

Não que eu esteja aqui me empenhando numa defesa muito culturalista das nossas diferenças. Sei que há fatores de homogeneização. Nós todos vivemos falando em globalização, sabemos, perfeitamente, que existem fatores que, digamos, até se transferem e se propagam pelo mundo, que tendem a uma certa uniformização. Mas eu não acredito que o mundo do futuro venha a ser definido por esses fatores homogeneizadores.

Acho que devemos ter presente sempre, aí, sim, uma dialética entre esses fatores de homogeneização, de globalização, de transferência cultural, o que a mídia faz e tudo mais, guardando sempre a idéia de que, a despeito disso, existe sempre a possibilidade do original,

sempre a possibilidade daquilo que é específico. Esse jogo não vai desaparecer simplesmente porque estamos vivendo num mundo mais globalizado.

Eu me recordo – e alguns aqui que são sociólogos saberão disso também – que, lá pelos anos 50, houve uma voga muito grande de mostrar os efeitos do que eles chamavam “o homem industrial”, o homem que seria gerado pela civilização industrial. Um dos maiores mestres da sociologia francesa chamado Raymond Aron, de quem fui aluno também, tinha trabalhos muito interessantes sobre isso, sobre a sociedade industrial e como ela homogeneizaria. E, claro, sem ter a mesma acuidade do Aron, havia outros sociólogos, sobretudo alguns americanos cujos nomes não sei hoje de memória, que, nos anos 50, exerciam um certo fascínio, que procuravam mostrar isso que outros formulavam em termos de aldeia global, que vai ser tudo igual, uma tendência à homogeneização.

Isso nunca se concretizou dessa maneira, não é assim. Claro que existe uma tendência: com a unificação dos mercados, com o modo de produzir cada vez mais integrado, tudo isso leva realmente a fatores que homogeneizam; mas a cultura não se esgota nesses fatores nem ela é fruto somente de uma, digamos, adaptação a uma base material de produção ou a certos fatores externos que têm uma força de marca que leve todo mundo a agir da mesma maneira.

Haverá sempre, no espírito humano, uma certa dimensão de aventura, de combinação nova, de, de repente, descobrir o insuspeitado. Isso – voltando ao tema que estava tentando aqui, muito rapidamente, de improviso elaborar – tem também a ver, no caso da nossa cultura brasileira, com uma característica que mencionei no início, aqui, que é a seguinte: aqui, quando se pensa que vai acontecer o inevitável, ocorre o inesperado; isso é muito bom: ocorre o inesperado, não o inevitável.

Eu vejo, ainda agora que sou Presidente da República, tanta gente me dando lições do que vai acontecer e dizendo que vem a tragédia. Não vem a tragédia: a gente dá um jeito, inventa-se uma solução que não era esperada. Isso é que é a riqueza da cultura, isso é

que é a riqueza do espírito, da aventura humana. Se não fosse assim, o mundo não teria graça. Não haveria mais arte, não haveria mais nada, nem pitonisas, porque não haveria mais o que inventar, todo mundo já veria, de antemão saber-se-ia o que vai acontecer. Não se sabe o que vai acontecer. Há sempre um lado que fica aberto para a aventura humana, para a aventura do espírito.

Então, não há nada de inevitável – no caso nosso – em termos do que vai acontecer com as nossas relações, com os modos pelos quais vamos lutar contra o preconceito ou como nós vamos, digamos, compensar as desigualdades existentes, de que forma temos que atuar. Sei que, no meio disso, tem toda essa discussão, que deve ser feita mesmo, sobre se é possível haver cotas para isso ou para aquilo. Enfim, há mil fatores a serem tomados em consideração. Mas vamos acreditar sempre em que existe a possibilidade do novo, de inovar, de criar uma coisa que não esteja ainda prevista na análise, pura e simplesmente, do que já ocorreu, porque isso é uma análise mecânica. Vamos apostar, portanto, na possibilidade de uma renovação que contenha um elemento de invenção.

Creio que é este o desafio deste Seminário: inventem. Eu, infelizmente, não tenho mais condição de inventar nada, nem a roda, porque vivo o tempo todo sob regras. O Vice-Presidente da República tem mais sorte do que eu, ele escapa às vezes da regra – menos quando viaja, porque, aí, ele fica sob a regra aqui. Mas vocês têm toda a liberdade. Usem essa liberdade para inventar.

Foi por isso que nós criamos um grupo interministerial – e o professor Hélio Santos está encarregado de animar esse grupo – para dar uma injeção de criatividade nas nossas práticas, inclusive nas práticas legislativas, nas práticas burocráticas, na maneira pela qual o Governo atua nessa matéria, que é matéria difícil de nela atuar, porque diz respeito a valores muito profundos e a interesses também; e diz respeito a situações que são inaceitáveis. A discriminação como que se consolida em termos de alguma coisa que se repete, que se reproduz. E aí não dá para o hipócrita também dizer: “Não, o nosso jeito não é esse.” Não, o nosso jeito está errado mesmo, há uma

repetição de discriminações, há uma área muito dura na inaceitabilidade do preconceito. Isso tem que ser desmascarado, tem que ser, realmente, contra-atacado, não só em termos verbais, como em termos de mecanismos e de processos que possam levar a uma transformação na direção de uma relação mais democrática entre as raças e entre os grupos sociais, entre as classes. Tudo isso tem que ser feito.

Mas eu creio que a função principal desse grupo interministerial é a de inventar. A coisa mais difícil na Humanidade é essa; não é a inteligência. Aí vou apelar de novo a Descartes. Descartes dizia que o bom-senso é a coisa que está melhor distribuída no mundo. Bom-senso, na época, no século XVII, não significava bom-senso no nosso sentido, significava inteligência. Em termos de hoje, dir-se-ia que há uma distribuição normal na curva da inteligência. A curva é normal. Ele dizia assim: “O bom-senso é alguma coisa de melhor distribuída no mundo.”

(Interlocutor não identificado): E todo jugo.

Presidente: E todo jugo. Mas, enfim, é possível que seja assim mesmo; que, num grande agregado, a distribuição do bom-senso ou da inteligência siga uma curva normal. A da criatividade não, é outra coisa, é uma outra dimensão, que não tem a ver diretamente com a inteligência. Aí tem a ver com os deuses. Não tem jeito. É preciso ter a capacidade intuitiva, às vezes; é preciso ter a capacidade de juntar o que nunca foi junto. De repente, você vê. E aí é igual, no meu modo de perceber, não de entender, porque eu não entendo disso: é de perceber, de sentir. Tanto faz para um pintor, para quem faz fotografia, para quem, enfim, na ciência descobre alguma coisa: há um momento que é divinatório, que depende de algo inesperado, que não existia, que você propõe, que você cria.

Desafio vocês: criem! Vejam se é possível. Seguramente, num grupo tão vasto como este, além da inteligência bem repartida, deve haver alguns aí com muita criatividade. Então, o Governo está tentando explorar a criatividade dos senhores e pedindo isso, porque a nossa está esgotada.

Nós, com as reformas, já não achamos mais meios de convencer. Não conseguimos convencer do óbvio, quanto mais convencer do que não é tão óbvio, que é a necessidade de uma luta mais tenaz pela igualdade, uma luta mais tenaz contra o preconceito e contra a discriminação. Então, estamos pedindo à sociedade que nos ajude.

É, Senhor Ministro, a mensagem que, aqui, muito humildemente, eu queria deixar nesta manhã. E digo que vou ter de me retirar, que tenho inveja de vocês: eu vou para a rotina, vocês vão ficar na criatividade.

Muito obrigado.